

O USO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR DO UNIFAGOC

OLIVEIRA, Caroline ¹ ; PEREIRA, Ana Amélia de Souza ²

¹ Graduação Pedagogia - UNIFAGOC

² Graduação Pedagogia - UNIFAGOC



caroline.lizardo@hotmail.com
ana.amelia@unifagoc.edu.br

RESUMO

As instituições de ensino têm um papel importante para a formação do indivíduo como um todo, fornecendo habilidades e conhecimentos para a compreensão da realidade, fazendo com que o aluno saiba se impor diante da sociedade. O objetivo deste estudo é analisar como o uso de recursos pedagógicos auxilia no processo de ensino aprendizagem de alunos com necessidades especiais dentro do ensino superior da UNIFAGOC, localizada na cidade de Ubá-MG. Para realização do trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo com abordagem quali-quantitativa, descritiva e bibliográfica. Como instrumento da pesquisa, foi utilizada a entrevista e a coleta de dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE. As entrevistas foram realizadas com a psicopedagoga institucional, com a intérprete de Libras, com a atendente educacional especializada – todas funcionárias do Núcleo de Acessibilidade - NAF da UNIFAGOC e com a coordenadora do NAE. Para a análise dos dados utilizou-se o software Iramuteq, programa livre ancorado no software R, o qual permite o processamento e análise dos textos produzidos. Também foi utilizado o Excel para análise dos dados numéricos. Os resultados obtidos demonstram que os recursos pedagógicos equiparam as oportunidades de participação da pessoa com deficiência em diferentes contextos, que para cada deficiência existem condições que devem e precisam ser respeitadas e que os alunos com deficiência intelectual e transtornos cognitivos ainda têm sido um desafio para a educação inclusiva dentro da UNIFAGOC.

Palavras-chave: Alunos. Aprendizagem. Recursos pedagógicos. Inclusão. NAF. NAE. Necessidades especiais.

INTRODUÇÃO

A Educação tem o desafio de fornecer ensino de qualidade a todos os alunos através da inclusão escolar, visto que é necessário respeitar os aspectos morais, culturais, éticos, sociais e individuais.

As instituições de ensino têm um papel importante para a formação do indivíduo como um todo, fornecendo habilidades e conhecimentos para a compreensão da realidade fazendo com que o aluno saiba se impor diante da sociedade.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência entrou em vigor em 2008, através do tratado da Organização das Nações Unidas – ONU, o que apresentou o interesse da comunidade internacional em colocar o tema das pessoas com deficiência na agenda global na perspectiva dos Direitos Humanos, gerando cobrança aos governos nacionais, de ações que transformem o processo de inclusão à sociedade (BRASIL, 2009).

A Lei nº 13.146 de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída em 6 de julho de 2015, é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por

pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar, ainda encontra obstáculos que dificultam o processo de inclusão, mas os números aumentam a cada ano.

De acordo com Corde (2006a), para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de alcançarem seus direitos humanos e conquistarem sua própria autonomia e independência é necessário medidas que assegurem seu direito ao acesso de igual para igual diante das outras pessoas. É importante que os obstáculos e barreiras que existem no caminho rumo a inclusão sejam detectados e abolidos.

Em 16 de novembro de 2006, foi instituído, pela Portaria nº 142, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na perspectiva de, ao mesmo tempo, aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil. Ajudas Técnicas é o termo anteriormente utilizado para o que hoje se convencionou designar Tecnologia Assistiva (BRASIL, 2006b).

A tecnologia assistiva é uma área que engloba conhecimentos interdisciplinares com o intuito de unir a atividade, a participação e a inclusão das pessoas com deficiência objetivando sua autonomia e independência (MANZINI, 2005).

Este trabalho versa sobre como o uso de recursos pedagógicos auxilia no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência dentro do ensino superior do UNIFAGOC?

O objetivo geral é analisar a utilização de recursos pedagógicos no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, dentro do ensino superior do UNIFAGOC.

Os objetivos específicos têm como propósito analisar como é realizada a utilização de recursos pedagógicos no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, identificar quais recursos pedagógicos são utilizados e identificar como esses recursos contribuem para a aprendizagem e inclusão de pessoas com necessidades especiais dentro do ensino superior.

Vale ressaltar a importância do tema, visto que o Brasil optou por um sistema de ensino educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos na Conferência Mundial da UNESCO, em 1990, ao assinar a Declaração de Salamanca, a fim de evidenciar questões que envolvem a exclusão e a inclusão dentro da educação (UNESCO, 1994). A partir de então, o processo educacional brasileiro passa por transformações na legislação, norteadas por diretrizes voltadas para a educação inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Formação de educadores e a educação inclusiva

Ao abordar o tema Educação Inclusiva, é importante considerar que o preconceito rodeia o caminho a ser percorrido para que haja a inclusão. A Educação Inclusiva deve proporcionar ao aluno com necessidades especiais as mesmas práticas educativas do cotidiano do restante dos outros alunos, mesmo que seja um método diferente de aprendizagem englobando sempre um todo (GLAT; OLIVEIRA, 2003).

A Declaração de Salamanca leva em consideração que uma escola inclusiva é aquela consegue enxergar as necessidades especiais de seu alunado e adapta seu currículo para uma prática pedagógica, que irá atender a todos, proporcionando um nível de aprendizagem significativo (UNESCO, 1994).

O processo de inclusão vem sendo cada vez mais frequente no país, e o corpo docente que está vindo para a escola está bem diversificado, e os cursos para formação de pedagogos não vem acompanhando essa nova realidade. As universidades têm um grande desafio em relação a formação de educadores que sejam mais do que aquele que transmite o conhecimento científico, mas precisa formar profissionais que tenham novas ideias, postura diferente em relação a diversidade de alunos que serão inseridos em sua sala de aula. É necessário formar o profissional da educação para as diversas situações que irá enfrentar em seu caminho para disseminar seu conhecimento, deve prepará-lo para buscar novas estratégias de ensino adaptando as atividades para todos que integram a classe sem qualquer tipo de exclusão. É cabível também que as faculdades, universidades e outros cursos da área da educação ofereçam a educação continuada para aprimorar os conhecimentos sobre a prática da Educação Inclusiva e que incentivem a união e a colaboração tanto dos professores da Educação Especial quanto do Ensino Regular (GLAT; PLETSCHE, 2003).

O professor deve sempre estar aprimorando seus conhecimentos para que seu processo de formação seja sempre contínuo. Diante das dificuldades encontradas para aplicar as práticas pedagógicas é importante que o professor conheça seus alunos, sua história, suas limitações e a bagagem de conhecimento que ele traz consigo para que possa realizar juntamente com ele um trabalho de interação social e pedagógico com embasamento teórico (CARVALHO, 2017).

Concepção de inclusão

Para que haja uma educação inclusiva dentro do âmbito educacional é necessário investir em recursos pedagógicos, qualificação do corpo docente, mudanças na estrutura para garantir que pessoas com necessidades especiais tenham acesso e permaneçam dentro das instituições de ensino (MOREIRA, 2005).

A inclusão é basicamente constituída de uma sociedade que respeite e aceite

as diferenças e trate as pessoas com necessidades especiais com igualdade. O pilar da inclusão se baseia que toda pessoa tem direito a educação levando em consideração seus conhecimentos, interesses, suas vivências e habilidades que são importantes para a aprendizagem (MANTOAN, 2003).

O modelo de sociedade inclusiva ainda é precoce, e o processo de inclusão dentro do ensino superior vai além de leis de diretrizes e bases é necessário um olhar amplo para encarar o novo propondo medidas e fazendo intervenções com o objetivo de derrubar os obstáculos que impedem a permanência de pessoas com deficiência em instituições de ensino (ROCHA; MIRANDA; GUIMARÃES, 2009).

De acordo com Ainscow (1998), a educação inclusiva garante a todos os alunos com necessidades especiais que estão inseridos no meio escolar o direito de aprender, interagir e participar das atividades propostas e cabe à escola ser um ambiente acolhedor que oportuniza novas formas de aprendizagem com base na cooperação de todos que compõem o meio.

A educação inclusiva deve contar com a participação de todos que compõem o âmbito educacional. As práticas docentes adotadas devem estar de acordo com as necessidades de cada aluno, levando em consideração o seu dia a dia para romper as possíveis dificuldades que possam vir a acontecer (CARVALHO, 2017).

A Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, diz que as instituições de ensino devem matricular todos os educandos com necessidades especiais e organizar-se para oferecer a eles um ensino de qualidade promovendo o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. A Resolução CNE/CEB 17/2001, homologada pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001, enfatiza que a educação especial é um processo que deve ser pensado e planejado com base em uma proposta pedagógica que organize seus recursos educacionais voltados principalmente para dar apoio, complementar ou suplementar os serviços educacionais não especializados. É importante que, dentro das instituições de ensino, haja um setor especializado que fique responsável por fazer o atendimento ao aluno com necessidades especiais e que dê todo o suporte necessário para a construção do processo inclusivo (MARTINS, 2002).

Recursos pedagógicos nos processos inclusivos

Segundo Vygotsky (1994), os recursos pedagógicos que garantem a acessibilidade de pessoas com deficiência são utilizados como instrumentos para mediação da aprendizagem fazendo com que a pessoa com deficiência tenha autonomia e a partir disso potencialize seus conhecimentos através da interação social que possibilita novas formas de relacionar-se com o outro ser humano fazendo com que haja a troca de conhecimentos que são importantes para o desenvolvimento integral do homem.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetos

definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. [...] Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento enraizado nas ligações entre a história individual a história social. (VYGOTSKY, 1994, p. 40).

Para desenvolver recursos de acessibilidade, é necessário romper algumas barreiras ainda existentes para que a pessoa com necessidades especiais possa ter acesso há ambientes ricos de aprendizagem. Uma das barreiras existentes é o preconceito que a pessoa com necessidades especiais pode vir a sofrer. Os recursos pedagógicos de acessibilidade podem quebrar esse paradigma, oferecendo oportunidades para que o indivíduo se relacione e exponha suas ideias para que possa ser visto por todos que compõe o meio e seja tratado de igual para igual sendo inserido dentro do processo de inclusão.

A fim de que a pessoa com necessidades especiais se torne sujeito ativo na construção de seu conhecimento, é necessário que ela possa experimentar situações onde possa desenvolver suas capacidades e habilidades que ela traz consigo para relacionar os conteúdos para que ocorra o processo de aprendizagem.

A Tecnologia Assistiva é vista como uma ferramenta que dá oportunidade de construir novos caminhos de aprendizagem e possibilidades de conhecimentos para a pessoa com necessidades especiais. É utilizada como instrumento de mediação nas relações de interação e relacionamento social que proporciona acessibilidade e autonomia (MANZINI, 2005).

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência. (MANZINI, 2005, p. 82)

Inclusão no ensino superior

O ensino superior é um ambiente de transferência e absorção de conhecimentos científicos importantes para a formação e capacitação do indivíduo preparando-o para atuar dentro da sociedade. Para haver uma educação inclusiva dentro do ensino superior é necessário que o sistema educacional e as práticas pedagógicas sejam aprimoradas e renovadas com o intuito de atender a todos (MULLER; GLAT, 1999).

A Constituição de 1988 estabelece o direito de igualdade e a valorização das diferenças de qualquer nível social, mas é somente em 1996 com a Lei n.9394/96 que as instituições de ensino superior começam a ter um olhar para a educação inclusiva já que a legislação estabelece que se desenvolva projetos de ação para os alunos com necessidades especiais dentro das instituições de ensino. A Portaria n. 277 MEC/GM estabelece que cada instituição de ensino superior deve ter um projeto pedagógico

voltado para o ingresso do aluno com necessidades especiais levando em consideração de como será feito o processo de seleção do vestibular, é importante chamar a atenção para que as instituições desenvolvam ações voltadas para a infra-estrutura, recursos pedagógicos, capacitação dos recursos humanos e dos docentes que compõem o ambiente educacional para que o aluno possa ter um ensino de qualidade, permaneça e conclua o ensino superior (BRASIL, 2004).

A inclusão é o ato de incluir em igualdade aceitando as diferenças do outro sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Quando as autoridades que compõem o meio educacional se deparam com pessoas com necessidades educacionais dentro da rede de ensino, é necessário fazer um projeto para valorizar a permanência desse educando, deixando de lado qualquer tipo de atitude nociva como o direcionamento para classes especiais excluindo-os dos demais componentes da turma (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000).

Uma instituição educacional inclusiva deve dar ao seu aluno todo suporte necessário para que ele consiga alcançar seus objetivos. É necessário que ela tenha criatividade para elaborar atividades para os diferentes alunos que compõem a sala de aula caso a atividade proposta não se adeque às necessidades do corpo discente, que é heterogêneo. O outro ponto a ser abordado é a questão de ser competente buscando sempre estar atualizada, integrando novas formas de distribuir o conhecimento. O corpo docente deve sempre estar instigando seus alunos a procurar cada vez mais pelo saber. O professor deve passar o conhecimento com embasamento teórico, mas ao mesmo tempo deve preparar seu aluno para que ele saiba se impor diante da sociedade. Deve ainda estar ciente de que não é o detentor de todo o saber e que deve buscar uma interação com seu aluno, em que ambos trocam conhecimento (SANTOS, 2003).

A avaliação dentro de uma instituição inclusiva é analisada e alterada de acordo com as necessidades de seus alunos e não é vista como um objeto que o compara com os demais alunos que compõem a turma. Diferentemente do modelo tradicional, as avaliações inclusivas são elaboradas para que o aluno seja responsável pela construção de seu próprio conhecimento, dando novas oportunidades para que o aluno mostre o que ele realmente absorveu do conteúdo. Por exemplo, para o aluno que apresenta surdez, a instituição inclusiva dá todo suporte para que ele possa reproduzir o que foi aprendido (por exemplo, aplicando a prova em libras). Essa forma de avaliar possibilita que o aluno demonstre seu conhecimento (SANTOS, 2003).

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa tem por finalidade o aprofundamento do objeto de estudo para desvendar uma realidade em busca do conhecimento (GIL, 2008). A pesquisa é composta de arquivos organizados com base no raciocínio que tem como principal finalidade responder ao problema que foi sugerido através das ferramentas científicas, é

a concretização de algo que foi planejado e investigado (ANDRADE, 2017).

Salomon (1977, p. 136) associa pesquisa a atividade científica que se concretiza no trabalho científico: “[...] O trabalho científico passa a designar a concreção da atividade científica, ou seja, a investigação e o tratamento por escrito de questões abordadas metodologicamente”.

Para o desenvolvimento deste trabalho de cunho pedagógico, foi realizada uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, do tipo pesquisa de campo, com o objetivo de verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, com base nas características do grupo a ser analisado.

Para Marconi (1990, p. 75),

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

A pesquisa qualitativa objetiva coletar dados sem precisar de métodos estatísticos para analisar seu objeto de estudo; os dados coletados não podem levar em consideração a quantidade, mas sim a verificação dos dados por indução. Já a pesquisa quantitativa objetiva coletar os dados através de números, quantidades e dados estatísticos para analisar seu objeto de estudo (SILVA; CASTRO; MEDEIROS, 2010).

O trabalho possui caráter descritivo, pois busca analisar o objeto de estudo e estudar características específicas do grupo utilizando a coleta de dados através de questionário, entrevista, observação dos fatos e análise dos registros sem a interferência de quem está fazendo a pesquisa. É também um trabalho bibliográfico, pois pode ser feito com base em outras pesquisas científicas, livros e artigos; portanto a pesquisa bibliográfica é uma peça fundamental dentro de um artigo científico pois é ela que irá traçar o desenvolvimento do trabalho, das citações e das conclusões.

A entrevista, técnica utilizada para desenvolver o artigo científico, tem por finalidade coletar as informações, as indagações e os conhecimentos que o grupo ou determinada pessoa tem sobre o assunto abordado através da pesquisa de campo (ANDRADE, 2017).

A amostra que constitui a pesquisa é composta por alunos com necessidades especiais do ensino superior do UNIFAGOC, da cidade de Ubá-MG.

Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa dentro do campus educacional, através de uma entrevista com duas psicopedagogas do Núcleo de Acessibilidade do UNIFAGOC - NAF e com a coordenadora do Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE. A coleta de dados foi realizada em junho de 2019.

Para o processamento dos dados foram utilizados o software Iramuteq para a análise qualitativa e o Excel para análise quantitativa. O software Iramuteq (Interface de R pour l'Analyse Multidimensionnelle de Textes et de Questionnaires) é um programa livre que se ancora no software R, que permite processamento e análises estatísticas

de textos produzidos (CAMARGO, 2013). Já o Excel é um software utilizado para fazer cálculos, organizar e representar os resultados obtidos na pesquisa (MARTINS, 2003).

Através dos resultados alcançados com a pesquisa serão publicados artigos acadêmicos, a fim de incentivar a inclusão de pessoas com necessidades especiais dentro do ensino superior.

RESULTADO

Universo da pesquisa

Para realização do trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo com abordagem quali-quantitativa, descritiva e bibliográfica. Como instrumento da pesquisa foi utilizada a entrevista e coleta de dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE. As entrevistas foram realizadas com a psicopedagoga institucional, com a Intérprete de Libras, com a Atendente Educacional especializada todas funcionárias do Núcleo de acessibilidade do UNIFAGOC - NAF e com a coordenadora do NAE.

Para coleta de dados foi utilizado, como instrumento de pesquisa, um roteiro de entrevista com 16 questões abertas, que permitem ao pesquisado expor suas opiniões e não se sentir influenciado nas respostas.

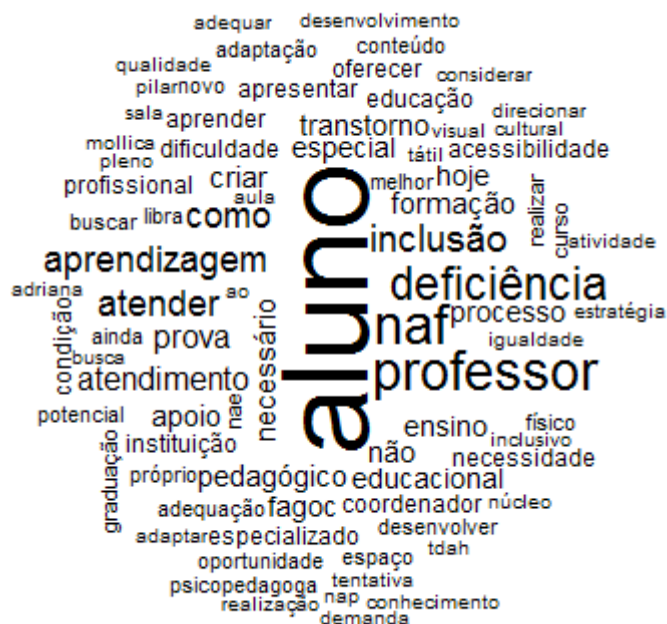
O NAE é o Núcleo de Apoio ao Estudante, que se constitui de um serviço de orientação, apoio e escuta direcionado aos alunos que foi criado no 2º semestre de 2003 com o objetivo de prestar assistência ao aluno visando um melhor desempenho acadêmico.

O NAE faz o primeiro contato com o aluno, a "acolhida", e, se necessário, o encaminha para o NAF, oferecendo o apoio necessário nas questões que envolvem o processo ensino-aprendizagem, diferenciação no critério de avaliação, adequações do tipo de avaliações, adequação das metodologias pelos professores através de discussão para melhor atender e equiparar a aprendizagem desses, acompanhamento regular de seus progressos com objetivo de buscar alternativas para melhor adaptá-los e localização dentro dos espaços na sala de aula. O NAF é o Núcleo de Acessibilidade que foi criado em 04 de setembro de 2017 para atender a demanda de alunos com necessidades educacionais que antes eram atendidos pelo NAE.

A nuvem de palavras foi realizada com o objetivo de tornar possível uma visão mais clara e ampla contendo somente palavras ativas, em negrito, para que haja a compreensão do estudo.

A análise geral foi constituída por um texto de entrevista do qual emergiram 1643 ocorrências (palavras, formas, vocábulos), sendo 41 palavras distintas e 595 com uma única ocorrência. As palavras que se encontram em negrito referem-se às que aparecem com mais frequência no decorrer da entrevista.

Figura 1: Entrevista realizada com as funcionárias do NAF/NAE sobre como o uso de recursos pedagógicos pode auxiliar no processo de ensino aprendizagem de alunos com necessidades especiais dentro do Ensino Superior do UNIFAGOC



Fonte: dados de pesquisa (2019).

De acordo com a Entrevistada 1, as instituições de Ensino Superior vêm atendendo um novo público e, para se adequarem, desenvolvem estratégias metodológicas para inclusão do aluno que chega à graduação com déficits cultural e de formação. Nesse sentido, o apoio pedagógico busca criar mecanismos direcionados a esses alunos que apresentam defasagem na formação, fazendo-os acompanhar o curso de graduação, numa tentativa de evitar a evasão e zelar pela qualidade de ensino.

Buscando atingir tais objetivos, o NAE foi criado em 2010, com o intuito de prestar assistência aos seus alunos, oferecendo-lhes condições para a sua realização como pessoa e para o encaminhamento à sua formação profissional plena. Constitui-se de um serviço de orientação, apoio e escuta direcionada a alunos, professores e coordenadores, que busca superar as dificuldades surgidas tanto de conflitos pessoais quanto de funções cognitivas, visando um melhor desempenho acadêmico dos discentes.

De acordo com a Entrevistada 2, o NAE faz o primeiro contato com o aluno e, caso seja necessário, ele é encaminhado para o NAF, que vai dar todo o suporte necessário voltado para as questões do processo de ensino aprendizagem, bem como de adequação da avaliação, adaptação das metodologias dos professores, com o objetivo de fazer a inclusão do aluno dentro do ensino superior.

A equipe do NAF é composta por uma coordenadora (1), uma profissional para Atendimento Educacional Especializado - AEE (2), uma intérprete de LIBRAS (3) e uma

psicopedagoga (4).

Segundo a Entrevistada 2, hoje, todo o campus do UNIFAGOC atende aos requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiências, em conformidade com a Lei 13.146, de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O NAF realiza os atendimentos especializados e adaptações que atendam às características dos estudantes com deficiência, visando garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Os recursos pedagógicos têm como objetivo dar oportunidades de participação da pessoa com deficiência em diferentes contextos; assim, o UNIFAGOC busca proporcionar aos seus alunos, independentemente de terem ou não qualquer tipo de deficiência, uma educação de qualidade que une os interesses e objetivos de todos.

Para que haja uma educação inclusiva, o UNIFAGOC investe em recursos pedagógicos para os alunos com necessidades especiais, dentre os quais se destacam a acessibilidade arquitetônica das rampas, banheiros adaptados, mobiliários, desenho universal, piso tátil, provas adaptadas, conteúdos digitalizados, materiais em letra ampliadas e lupas, computadores com teclados em relevo e em Braille.

Dentro do processo de ensino aprendizagem, os recursos pedagógicos auxiliam os alunos na busca pela sua autonomia, enquanto as provas adaptadas, usadas como um dos recursos pedagógicos, proporcionam equidade para que os alunos possam demonstrar o que conseguiram aprender.

De acordo com Moreira (2005), para que haja uma educação inclusiva dentro do âmbito educacional, é necessário investir em recursos pedagógicos, qualificação do corpo docente, mudanças na estrutura para garantir que pessoas com necessidades especiais tenham acesso e permaneçam dentro das instituições de ensino.

O aluno é o centro de tudo dentro de uma instituição de ensino superior, e todos que compõem o meio devem estar preparados para recebê-los da melhor forma possível. Ainda que o preconceito seja um fator que rodeia o caminho rumo à inclusão, é necessário trabalhar com a diversidade para criar um ambiente de ensino aprendizagem de todos e que seja para todos.

As entrevistas nortearam pontos importantes, evidenciando que o aluno tem que ter atitude e ser sua própria motivação na busca pela autonomia. Se o aluno não quiser aprender, não se aceitar e não aceitar sua condição, não tem como ninguém fazer por ele e obrigá-lo a ir em busca de seu conhecimento; ele deve ser o agente transformador de sua realidade.

Para auxiliar os alunos com necessidades especiais, o NAF faz esclarecimentos do dia a dia do aluno para ajudar em sua rotina de estudo, auxilia os professores na sua docência, faz as adaptações necessárias e faz uso do tempo estendido para alunos que necessitam de um prazo maior para realizar suas provas.

De acordo com as Entrevistadas 1 e 2, a inclusão é basicamente constituída de uma sociedade que respeite, aceite as diferenças e trate as pessoas com necessidades especiais com igualdade. O UNIFAGOC se baseia no respeito e na aceitação, pois tem a

preocupação de que todos os alunos sejam incluídos e participem de todas as atividades propostas pela instituição.

O pilar da inclusão se baseia no fato de que toda pessoa tem direito à educação, levando em consideração seus conhecimentos, interesses, vivências e habilidades que são importantes para a aprendizagem (MANTOAN, 2003).

Segundo as Entrevistadas 3 e 4, o preconceito rodeia o caminho rumo à inclusão desde muito tempo, pois as pessoas ainda não têm maturidade para aceitar a diversidade (inclusão). Alguns professores ainda têm preconceito em aceitar, porque muitas vezes acham que é malandragem ou até preguiça do aluno; sendo assim, o NAF se torna um grande aliado para direcionar e instruir os docentes em relação à adaptação do ambiente, da postura do professor e da metodologia que ele deve usar para cada situação.

Para orientar os professores, é feito um relatório do aluno com todas as instruções que o professor deve seguir; caso ainda tenha alguma dificuldade, ele pode procurar o atendimento e a orientação dos profissionais que atuam no NAF para mais esclarecimentos.

As provas são elaboradas pelos professores e depois enviadas à Atendente Educacional, para que ela possa fazer as alterações necessárias e reenviá-las para o docente. O aluno pode fazer a prova em sala de aula ou no NAF.

De acordo com as Entrevistadas 1, 2, 3 e 4, hoje o NAF faz atendimento para 37 inclusões e atende alunos com deficiência física, visual, auditiva, TDAH, TEA, Síndrome do pânico, Síndrome de Russel, Síndrome de Silver, Transtorno bipolar, Transtorno generalizado de ansiedade, Depressão, Transtorno de personalidade e dificuldades de aprendizagem para alunos que não têm laudo médico.

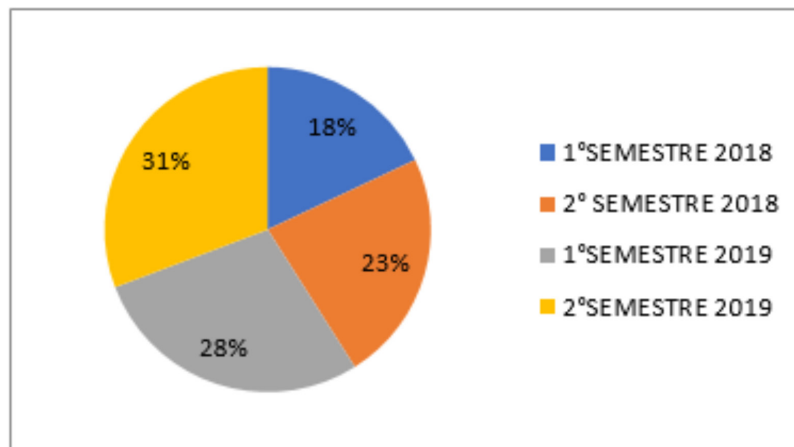
O Quadro 1 (abaixo) identifica as deficiências para as quais o NAF fez atendimento do 1º semestre de 2018 até setembro de 2019. Pode-se observar que as deficiências como baixa visão, dificuldades de aprendizagem e TDAH são as que mais estão presentes dentro do ambiente acadêmico do UNIFAGOC e que o número de inclusões continua aumentando gradativamente.

Quadro 1: Deficiências para as quais o NAF faz atendimento desde o 1º semestre de 2018 até o 2º semestre de 2019

Deficiências	1º Semestre 2018	2º semestre 2018	1º Semestre 2019	2º semestre 2019
TDAH	7	9	11	12
Autismo	1	1	1	1
Deficiência Auditiva	1	1	1	1
Deficiência Física	1	1	1	1
Cegueira	1	1	1	1
Síndrome Silver	1	1	1	1
Def. Auditiva e Fala	1	0	0	0
Síndrome do Pânico	1	1	1	1
Deficit de Atenção	2	2	2	2
Baixa visão	3	3	3	2
Cirurgia na cabeça	1	0	0	0
Dificuld. Aprendizagem	0	5	5	4
Tumor cerebral	0	1	0	0
TEA	0	1	0	1
Transt. de ansiedade	0	0	1	1
Transtorno bipolar	0	0	1	1
Depressão	0	0	1	1
Dislexia/Descalculia	0	0	1	1
Síndrome de Bordeline	0	0	1	0
Tratamento quimiot.	0	0	1	0
Total	20	27	33	31

Fonte: dados de pesquisa (2019).

Figura 1: Alunos com TDAH



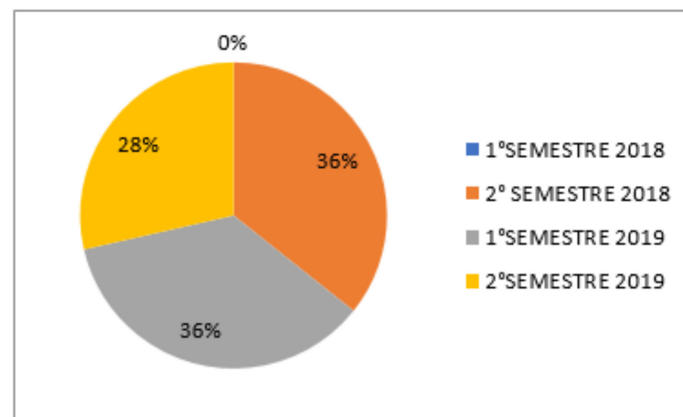
Fonte: dados de pesquisa (2019).

De acordo com Reis e Camargo (2008), para garantir a aprendizagem dos alunos, as instituições de ensino dão o suporte para que os profissionais que compõem o âmbito educacional trabalhem com os alunos de forma mais humanitária, visando sua

formação como um todo. O trabalho desses profissionais da educação deve ser feito de forma coletiva e estar entrelaçado com políticas públicas e sociais que equiparem as oportunidades de aprendizagem sem qualquer tipo de discriminação, para que o aluno demonstre seu potencial e suas capacidades.

O professor é muito importante no que diz respeito a constatar e avaliar o transtorno (TDAH), pelo fato de conviver com o aluno durante um bom tempo e pelas experiências do dia a dia. O professor não tem o dever de dar o diagnóstico ao aluno; cabe a ele observar o seu comportamento, avaliar as dificuldades apresentadas ao desenvolver as atividades propostas e, se julgar necessário, solicitar que o aluno ou a família procure ajuda especializada para que o aluno possa ter um bom desempenho acadêmico (REIS; CAMARGO, 2008).

Figura 2: Alunos com Dificuldades de Aprendizagem



Fonte: dados de pesquisa (2019).

De acordo com Correia (2004), Dificuldade de Aprendizagem (DA) é o termo usado para distinguir os alunos normais e seu insucesso escolar nas disciplinas acadêmicas. O aluno com dificuldades de aprendizagem tem o potencial para desenvolver tanto aprendizagens de nível médio quanto de alto nível. É importante ajudar esse aluno a compreender seus pontos fortes e seus pontos fracos, e identificar onde há necessidade de uma intervenção educativa.

Hoje em dia as DA se inserem dentro do ambiente educacional como uma necessidade especial que deve ser acompanhada por serviços de educação especial, em que os alunos têm o direito a atendimentos educacionais individualizados de acordo com suas necessidades educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a utilização de recursos pedagógicos no

processo de ensino aprendizagem de alunos com necessidades especiais, no ensino superior, na UNIFAGOC, localizada na cidade de Ubá-MG. Para realização do trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo com abordagem quali-quantitativa, descritiva e bibliográfica. Como instrumento da pesquisa, foi utilizada a entrevista e coleta de dados estatísticos fornecidos pelo NAE. As entrevistas foram realizadas com a psicopedagoga institucional, com a intérprete de Libras, com a atendente educacional especializada todas funcionárias do Núcleo de acessibilidade do UNIFAGOC - NAF e com a coordenadora do NAE.

Com a realização desta pesquisa, foi possível perceber a utilização dos recursos pedagógicos como estratégia que auxilia no processo de ensino aprendizagem de alunos com deficiência no ensino superior do UNIFAGOC, de acordo com as entrevistadas.

A entrevista demonstrou como os recursos pedagógicos são utilizados em prol da aprendizagem, tendo como propósito equiparar as oportunidades de participação da pessoa com deficiência em diferentes contextos. Para que haja uma educação inclusiva, o UNIFAGOC investe em recursos pedagógicos para os alunos com necessidades especiais, dentre os quais destacam-se a acessibilidade arquitetônica das rampas, banheiros adaptados, mobiliários, desenho universal, piso tátil, provas adaptadas, conteúdos digitalizados, materiais em letras ampliadas e lupas, computadores com teclados em relevo e em Braille.

Apesar das dificuldades, alunos com deficiência visual, física, TDAH e TAG têm sido atendidos com adequações técnicas, ampliação de fonte, uso de softwares, leitores e transcritores, dilação de tempo, espaço individualizado para realização das provas.

Os alunos com deficiência intelectual e transtornos cognitivos ainda têm sido um desafio para a educação inclusiva dentro do UNIFAGOC. Nesses casos é preciso repensar o conteúdo e priorizar determinadas áreas para desenvolver o potencial do aluno.

Para auxiliar os alunos no processo de ensino aprendizagem, o NAF faz esclarecimentos para ajudar na rotina do aluno, e um relatório é encaminhado à equipe docente. Esse relatório conta com instruções a serem seguidas pelo docente, informações sobre a postura dentro da sala de aula para com o aluno e como deve se comportar ao passar o conteúdo para todos os alunos sem exclusão.

Os resultados obtidos no estudo demonstram que os recursos pedagógicos equiparam as oportunidades de participação da pessoa com deficiência em diferentes contextos. Para cada deficiência existem condições que devem e precisam ser respeitadas, e os alunos com deficiência intelectual e transtornos cognitivos ainda têm sido um desafio para a educação inclusiva dentro do UNIFAGOC.

Não é pretensão do trabalho esgotar o tema aqui discutido, ficando a possibilidade de novos pesquisadores em um trabalho futuro abordarem o assunto e entrevistarem o corpo docente, que também é o agente do processo de ensino aprendizagem, o que certamente enriquecerá o tema tratado.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Necessidades especiais na sala da aula um guia para a formação de professores. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. Brasília: CORDE, 2006a
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Legislação em saúde da pessoa portadora de deficiência. 2. ed. atual. Brasília, 2006b.
- BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília, 2004.
- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008. p. 43-63.
- CARVALHO, Ananda Dos Santos. Práticas docentes frente a educação auditiva: 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CORREIA, Luís de Miranda. Problematização das dificuldades de aprendizagem nas necessidades educativas especiais. Análise Psicológica, v. 22, n. 2, p. 369-376, 2004.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. Revista Benjamin Constant, v. 29, n. 1, p. 3-8, 2004.
- GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Comunicações, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. Metodologia da pesquisa: um guia prático. 2010.
- MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. Revista Educação Especial (UFSM), Santa Maria, v. 2, n. 25, p. 37-48, 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

MARTINS, António. Excel aplicado à gestão. Edições Sílabo, 2003.

MARTINS, Vicente. Quem necessita de educação especial. Rede Saci, v. 29, n. 08, 2002.

MULLER T. M. P.; GLAT, R. Uma professora muito especial: questões atuais de educação especial). Viveiros de Castro, 1999.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. Revista Educação Especial, v. 22, n. 34, 2009.

REIS, Maria das Graças Faustino; CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH. Psicologia escolar e educacional, v. 12, n. 1, p. 89-100, 2008.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Revista Movimento - Revista da Faculdade de Educação da UFF, v. 7, p. 78-91, 2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.